

Ministério Público do Estado de Mato Grosso Procuradoria-Geral de Justiça



Concurso Público

Cargo:

Promotor de Justiça

Prova Objetiva P_3

Prova Discursiva P_7

Aplicação: 16/1/2005

MANHÃ

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **sessenta** itens, correspondentes à prova objetiva P_3 , corretamente ordenados de **1 a 60**, e a prova discursiva P_7 , acompanhada de espaço para rascunho.
- 2 O espaço para rascunho é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 6 Nos itens da prova objetiva, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato recebe pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para o caderno de texto definitivo da prova discursiva.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, em local indevido ou que tenha identificação fora do campo reservado para isso.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o caderno de texto definitivo e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou no caderno de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 60 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA P₃

Quanto ao poder constituinte e às emendas à Constituição, julgue os itens seguintes.

- 1 A característica da anterioridade do poder constituinte diz respeito à sua capacidade de estabelecer todos os demais poderes do Estado.
- 2 As emendas constitucionais sujeitam-se a restrições processuais, circunstanciais, temporais e materiais; segundo a doutrina, tais restrições podem ser explícitas ou implícitas.

Acerca da competência, da intervenção e dos municípios, julgue os itens a seguir.

- 3 A Constituição de 1988 arrola a proteção à infância como uma das matérias sobre as quais a União possui competência concorrente com os estados-membros e o Distrito Federal; desse modo, se não houvesse legislação federal acerca do tema, cada estado poderia regulá-lo por lei, em nível de normas gerais e de normas especiais.
- 4 Ainda que o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional concluam pelo descabimento da intervenção da União em estado-membro, o presidente da República não cometerá, necessariamente, crime de responsabilidade se decretar tal intervenção.
- 5 Em face do vigente sistema constitucional, muitos publicistas consideram estar superada a discussão teórica acerca de os municípios integrarem ou não a Federação brasileira.

Em relação às cláusulas pétreas, julgue o item abaixo.

- 6 As cláusulas pétreas impedem que o poder constituído altere a ordem constitucional nos pontos e aspectos por elas definidos. Para haver alteração de temas protegidos por essas cláusulas, também chamadas de cláusulas de inamovibilidade ou cláusulas inaboláveis, é necessária a atuação do poder constituinte originário, a qual pode se dar também por meio de revolução.

A respeito do Poder Judiciário, do controle de constitucionalidade e do Ministério Público (MP), julgue os itens que se seguem.

- 7 Considere a seguinte situação hipotética, à luz da disciplina constitucional anterior à chamada Reforma do Judiciário.
Um juiz do trabalho expediu mandado de penhora de valores depositados na conta-corrente bancária de uma pessoa jurídica. O gerente da agência, para proteger os interesses do cliente, deliberadamente descumpriu o mandado. Dias depois, o empregado-credor comunicou a omissão ao juiz, que expediu mandado de prisão contra o gerente, pela prática do crime de prevaricação.
Nessa situação, a atitude do juiz foi ilegal.

- 8 A doutrina brasileira considera não existir, no país, modalidade de controle preventivo de constitucionalidade.
- 9 De acordo com o entendimento dos tribunais superiores, o MP não pode ajuizar ação civil pública para pedir ressarcimento referente a danos causados a pessoa jurídica de direito público, uma vez que essa iniciativa compete à representação judicial da própria pessoa jurídica.

No atinente à administração pública e à defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens subseqüentes.

- 10 Alguns teóricos enxergam a existência de uma gradação de importância de normas jurídicas, segundo seu conteúdo axiológico intrínseco. Disso seria exemplo o princípio constitucional da moralidade. A despeito de tal entendimento, o direito brasileiro não admite que, com base nesse princípio, outras normas constitucionais sejam declaradas inconstitucionais.
- 11 Eventos da natureza podem dar causa à decretação de estado de defesa, mas não à de estado de sítio.

Segundo Pontes de Miranda, a nacionalidade é o laço jurídico-político de direito público interno que faz da pessoa um dos elementos componentes da dimensão pessoal do Estado. No que tange ao tema, julgue o item a seguir.

- 12 O conceito jurídico de nacionalidade não guarda relação de dependência com o conceito de população.

Com referência aos direitos e garantias individuais, ao direito de propriedade e à comunicação social, julgue os itens seguintes.

- 13 De acordo com a doutrina constitucionalista, o princípio constitucional da presunção de inocência consiste, essencialmente, na aplicação da técnica processual conhecida como *in dubio pro reo*.
- 14 Para a constatação de que determinada propriedade atende à sua função social, o exame deve circunscrever-se, essencialmente, à pesquisa da legislação civil específica acerca do instituto do domínio, ou seja, não são pertinentes considerações ligadas ao direito ambiental e trabalhista, por exemplo.
- 15 Em virtude do princípio constitucional da isonomia, que assegura a todas as pessoas proteção idêntica do direito, a comunicação social não pode divulgar fatos da intimidade dos cidadãos, em que pese o direito à livre manifestação do pensamento.

Com referência aos princípios constitucionais da administração pública, às concessões, ao poder normativo e ao procedimento administrativo, julgue os itens que se seguem.

- 16 Não é juridicamente possível, com fundamento no princípio da proporcionalidade, a invalidação de atos administrativos praticados no exercício do poder discricionário.
- 17 Na ordem jurídica administrativa brasileira, a concessão é um contrato administrativo cujo objeto precisa ser exclusivamente a outorga da exploração de serviço público, por conta e risco do concessionário e sujeita a prazos e condições contratuais, regulamentares e legais.
- 18 Para alguns estudiosos, a Emenda Constitucional n.º 32/2001 deu ao presidente da República o poder de baixar os chamados decretos autônomos, dentro de certos limites. Independentemente dessa discussão, é certo que o chefe do Poder Executivo, ao baixar decretos para dispor acerca da organização e do funcionamento da administração federal, continua submetido ao princípio da legalidade e não pode, por exemplo, criar nem extinguir órgãos públicos.
- 19 Com a promulgação da Lei n.º 9.784/1999, todo o processo administrativo passou a ser exaustivamente regulado por suas disposições. Uma das características desse processo é a gratuidade, ressalvada a possibilidade de a administração cobrar o ressarcimento de certos custos, como o de extração de cópias.

Acerca de licitações e contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 20 De acordo com a doutrina, todos os casos de dispensa de licitação dependem de avaliação discricionária da autoridade, uma vez que permitem a competição entre os licitantes, diversamente do que se passa com os casos de inexigibilidade, nos quais a competição é inviável.
- 21 A inexecução de contrato administrativo por culpa do particular permite que a administração pública apure a infração e imponha a ele uma penalidade. As sanções aplicáveis nesses casos não podem ser cumuladas, salvo com pena de multa. O contratado, não obstante, pode interpor recurso administrativo, que tem efeito suspensivo em certas situações.

No que diz respeito aos bens públicos, ao Estatuto da Cidade e ao Banco Central do Brasil (BACEN), julgue os itens a seguir.

- 22 As terras devolutas são bens públicos de natureza dominical, sendo que nem todas são disponíveis; se uma gleba de terra não possuir registro imobiliário e não se fizer prova de que pertence a particular, ela deve ser, em princípio, considerada terra devoluta.
- 23 O Estatuto da Cidade prevê diversos instrumentos para o cumprimento da política urbana, entre os quais a desapropriação do imóvel que não obedecer a essa política; para a decretação dessa medida, contudo, é requisito, entre outros, a prévia submissão do imóvel à cobrança do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana com caráter progressivo.

- 24 O BACEN é autarquia federal vinculada ao Ministério da Fazenda e tem, entre suas competências, as de emitir papel-moeda e moeda metálica, executar as decisões do Conselho Monetário Nacional e fixar condições para o exercício de cargos de direção nas empresas financeiras e fiscalizá-las. O BACEN não tem a função de realizar investigações com finalidade prioritariamente criminal, mesmo em se tratando de crimes contra o sistema financeiro nacional.

No que se refere ao processo disciplinar, à responsabilidade do servidor, ao poder de polícia e à improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 25 No caso de servidor público cometer ilícito funcional que lese direito de cidadão, o processo administrativo disciplinar para apuração da falta não exigirá que o lesado represente contra o servidor, porquanto o superior deste tem o dever de iniciar o processo, de ofício.
- 26 Devido ao caráter objetivo da responsabilidade civil estatal (que torna prescindível a perquirição do elemento subjetivo do agente público que haja causado a lesão a direito), apenas o dano moral gerado por servidor será passível de imputar responsabilidade civil a ele.
- 27 O exercício do poder de polícia pode envolver, em certas situações, algum nível de discricionariedade, com base na qual a autoridade competente pode avaliar o momento mais adequado para agir, assim como a forma de atuação do poder público e a sanção aplicável ao caso concreto.
- 28 Para a configuração do ato de improbidade administrativa, é necessária a demonstração de dano ao erário, ônus que cabe ao MP ou à pessoa jurídica de direito público lesada.

Com referência ao tombamento e às desapropriações, julgue os seguintes itens.

- 29 A doutrina entende que o tombamento é pressuposto para que o MP ajuíze ação civil pública com a finalidade de proteger bem do patrimônio histórico ou artístico, pois, sem aquele, não é possível demonstrar a relevância do bem para a sociedade, sob a ótica da proteção daquele patrimônio.
- 30 Tecnicamente, a perda da propriedade que a Constituição prevê para os casos de terras nas quais sejam cultivadas plantas psicotrópicas não se assemelha às formas de desapropriação propriamente ditas, pois falta àquela a reposição do patrimônio da pessoa atingida. A indenização pela perda da propriedade é inerente às desapropriações de que trata o Direito Administrativo.

De acordo com as normas constitucionais em matéria tributária, julgue os itens que se seguem.

- 31 É admissível que a União tribute a renda das suas obrigações com alíquotas maiores que as incidentes sobre a renda das obrigações estaduais.
- 32 Para que a União possa instituir isenções de tributos estaduais, ela deve, simultaneamente, instituir a insenção de tributos federais e municipais.
- 33 Apesar de ser da essência da obrigação tributária a ocorrência de fato gerador imponível, é admissível que a lei estabeleça o dever de um sujeito passivo pagar o tributo antes de ocorrido o fato gerador.

No que tange ao início da cobrança de tributos, com aumento de carga tributária, em razão de nova lei, julgue os itens seguintes.

- 34 Caso o estado de Mato Grosso tivesse publicado, em 17 de dezembro de 2004, uma lei que aumentasse a alíquota do imposto sobre heranças, legados e doações, esse aumento não incidiria sobre uma doação de imóvel efetuada em 6 de fevereiro de 2005.
- 35 Se o município de Cuiabá tivesse publicado, em 28 de dezembro de 2004, uma lei que elevasse o valor de venda dos imóveis, o qual serve de base de cálculo para o IPTU, poderia, a partir de 1.º de janeiro de 2005, cobrar o IPTU sobre essa nova base.
- 36 Considere que a União tivesse publicado, em 27 de setembro de 2004, uma lei que aumentasse a alíquota do IPI. Nessa situação, a cobrança desse imposto já deveria considerar o aumento desde o dia da publicação.

Acerca da distribuição da receita tributária, julgue os itens subseqüentes.

- 37 Caso o estado de Mato Grosso arrecade, em determinado mês, o montante de R\$ 80 milhões de ICMS, deverá distribuir entre os municípios R\$ 5 milhões, em conformidade com o que dispõe a lei estadual sobre a matéria.
- 38 Se o município demonstrar formalmente interesse, pode ter direito à totalidade da arrecadação do ITR relativo a todo e qualquer imóvel rural localizado em seu território e que não seja isento ou imune.
- 39 Apesar de ser vedada à União a retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados, ela pode condicionar a entrega desses recursos ao pagamento de dívidas do estado com autarquias e empresas públicas federais.

Quanto às normas atinentes à sujeição passiva, julgue os itens a seguir.

- 40 Para efeito de direito tributário, o fato de existir uma unidade profissional não configura o sujeito passivo.
- 41 No caso de dois sujeitos passivos serem solidariamente obrigados, se um deles obtiver em juízo a interrupção de um prazo, essa medida não se aplicará automaticamente ao outro.
- 42 Considere a seguinte situação hipotética.

João, domiciliado em Cuiabá, é representante comercial de uma empresa para todo o estado e, portanto, contribuinte de ISSQN, como pessoa jurídica. Verificando que o município de Corumbá estabeleceu carga tributária de ISSQN menos onerosa, João mudou a sede de sua empresa e seu domicílio tributário para Corumbá.

Nessa situação, a legislação não admite que João realize tal troca, pois configura forma de elisão fiscal.

No que se refere às normas de execução fiscal, julgue os itens que se seguem.

- 43 Para efeito de execução fiscal, são considerados como dívida ativa a atualização monetária, os juros, a multa de mora e demais encargos previstos em contrato em que o particular encontra-se inadimplente em seu dever de pagar ao Estado.

44 Inscrito regularmente o débito de alguém na dívida ativa do estado de Mato Grosso, esta passa a gozar da presunção de certeza e liquidez que pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo de terceiro a quem aproveite.

45 Se o síndico de uma massa falida alienar determinado bem da massa antes de garantir os créditos tributários, será responsável subsidiário pela dívida tributária.

Julgue os itens seguintes, à luz do que determina a Constituição Federal ao dispor sobre direito eleitoral.

46 Magistrados escolhidos entre os integrantes do MP podem participar dos tribunais eleitorais.

47 Consta da Constituição Federal o princípio segundo o qual todas as decisões tomadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) são recorríveis.

48 A militância partidária é permitida ao integrante do MP, ressalvadas as exceções que a lei estipula.

Julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do TSE.

49 Multas aplicadas a partidos e candidatos por infração à legislação eleitoral são consideradas gastos eleitorais, ainda que pendentes de recurso.

50 Pessoa que ocupa mandato de senador por Mato Grosso pode candidatar-se ao Senado Federal por Rondônia, no curso do mandato, desde que satisfaça as condições de elegibilidade em Rondônia.

51 A presença de candidato, mesmo antes do início do prazo legal de propaganda eleitoral, em sala de bate-papo mantida por provedor de acesso à Internet não caracteriza propaganda eleitoral.

Julgue os itens que se seguem, com base no que determina a Lei Eleitoral (Lei n.º 9.504/1997).

52 A Lei Eleitoral admite a veiculação de propaganda eleitoral paga nas emissoras de televisão e rádio.

53 O prefeito não pode nomear nem demitir seus secretários nos três meses que antecedem o pleito.

54 O governador de estado pode utilizar a residência oficial, custeada com recursos públicos, para encontros e reuniões de sua própria campanha eleitoral.

55 Após notificação do acusado ou do reclamado, é de 48 horas o prazo para defesa em reclamação ou representação por descumprimento da Lei Eleitoral.

Julgue os itens subseqüentes, a respeito de crimes eleitorais, com base no que dispõe o Código Eleitoral (Lei n.º 4.737/1965).

56 O Código Eleitoral considera crime fazer propaganda eleitoral em língua estrangeira.

57 Os crimes eleitorais são de ação pública.

Julgue os itens seguintes, considerando as disposições constitucionais sobre inelegibilidades, as disposições da Lei Complementar n.º 64/2000 e o entendimento jurisprudencial.

58 Em caso de falecimento do prefeito, fica afastada a inelegibilidade da viúva, que antes fora esposa ou companheira desse agente político, para outros cargos.

59 A renúncia do titular de cargo eletivo afasta a inelegibilidade de seus parentes.

60 O trânsito em julgado de sentença penal condenatória é pré-condição para a inelegibilidade de pessoa condenada por crime comum.

PROVA DISCURSIVA P₇

- Nesta prova — que vale **dez** pontos — faça o que se pede, usando o espaço reservado para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para o **CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Utilize, no mínimo, **trinta** linhas e, no máximo, **sessenta** linhas. Qualquer texto com extensão aquém da mínima de **trinta** linhas será apenado, e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! No **caderno de texto definitivo**, identifique-se apenas na capa, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo.

Ataide era servidor público da Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso e, por ser pessoa desavergonhada e de rasteiros princípios morais, aceitou proposta do empresário Rodes para, mediante propina, alterar, para menor, registros de dívidas da empresa de Rodes nas bases de dados do fisco estadual. Em razão dessas condutas, o Estado sofreu lesão econômica de aproximadamente R\$ 2 milhões. Com base em investigação conjunta do Ministério Público (MP) e da Secretaria, o primeiro ajuizou, em desfavor dos dois indivíduos, simultaneamente, denúncia e ação por improbidade administrativa.

Na contestação, os réus alegaram o seguinte:

- (a) ilegitimidade ativa do MP para a ação, pois, para a proteção do patrimônio público, apenas poderia propô-la o estado de Mato Grosso;
- (b) ilegitimidade passiva do empresário para figurar como réu na ação por improbidade administrativa, por não ser ocupante de cargo público;
- (c) inaplicabilidade da Lei n.º 8.429/1992, pois a norma punitiva aplicável seria apenas o art. 312, § 1.º, do Código Penal, que tipifica o chamado peculato-desvio;
- (d) impossibilidade de cumulação da denúncia e da ação por improbidade administrativa, sob pena de caracterizar-se dupla punição pelos mesmos fatos, o que ofenderia o princípio do *ne bis in idem*.

Com base na situação hipotética apresentada acima, elabore peça de réplica à contestação dos réus, contemplando os seguintes aspectos:

- ▶ legitimidade ativa do MP para propor a ação;
- ▶ legitimidade passiva do empresário para figurar como réu na ação por improbidade administrativa, apesar de não ser agente público;
- ▶ enquadramento dos atos do servidor e do empresário em uma das categorias de improbidade previstas na Lei n.º 8.429/1992;
- ▶ possibilidade de cumulação da responsabilidade da Lei n.º 8.429/1992 com a responsabilidade penal, sem ofensa ao princípio do *ne bis in idem*.

RASCUNHO – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

